Programa de Pós-Graduação
Desenvolvimento Regional
Mestrado e Doutorado

DOI: 10.17058/gypnmv95

Mediação territorial, investigação-ação participativa e desenvolvimento regional na comunidade indígena Tururukari-Uka–Amazonas/Brasil

Cidonea Machado Deponti
UNISC – Santa Cruz do Sul – RS – Brasil
ORCID: https://orcid.org/0000-0001-8833-1450

Grazielle Betina Brandt
UNISC – Santa Cruz do Sul – RS – Brasil
ORCID: https://orcid.org/0000-0001-8162-578X

Resumo
Este artigo analisa a potencialidade da investigação ação participativa (IAP) como estratégia metodológica de mediação em territórios indígenas amazônicos, tomando como referência a comunidade indígena Tururukari-Uka, localizada em Manacapuru, no Amazonas. Parte-se da compreensão de que, na Amazônia Ocidental, as comunidades indígenas enfrentam pressões territoriais, ambientais e sociopolíticas que exigem formas de pesquisa e intervenção eticamente comprometidas com a autonomia, os saberes locais e os modos de vida comunitários. O objetivo do texto é refletir sobre a construção de uma proposta metodológica de mediação fundamentada na escuta sensível, no diálogo de saberes e na participação comunitária, articulando-a ao conceito de desenvolvimento regional. Adota-se uma abordagem qualitativa e reflexiva, apoiada em revisão bibliográfica e documental, aproximação exploratória com a comunidade, escuta ativa e interlocução com instituições parceiras. O argumento central sustenta que a IAP, quando compreendida não apenas como técnica de pesquisa, mas como processo de construção compartilhada do conhecimento, pode fortalecer capacidades territoriais, ampliar a agência comunitária e contribuir para processos de desenvolvimento regional territorialmente situados. Ao reconhecer a comunidade como sujeito ativo de resistência, memória e produção de alternativas, o artigo contribui para os debates sobre metodologias participativas, mediação e desenvolvimento regional em contextos indígenas amazônicos.

Palavras-chave: desenvolvimento regional; investigação ação participativa; mediação; povos indígenas; Amazônia Ocidental.

CC BY

Territorial mediation, participatory action research, and regional development in the Tururukari-Uka Indigenous community—Amazonas, Brazil.

Abstract

This article proposes a methodological framework for intervention based on sensitive listening and participatory action research (PAR) for the cultural and socio-environmental valorization of the Tururukari-Uka Indigenous community, located in Manacapuru, in the Western Amazon. The central argument is that such processes can be better understood in light of the concept of regional development, understood not as simple economic growth, but as a process of social change that is complex, multi-actor, multiscalar, and multidimensional. Based on a collective and dialogical construction, a protocol of actions was developed committed to respecting the way of life, traditional knowledge, and political autonomy of the Omágua/Kambeba people. The study contextualizes the community within the Amazonian territory, analyzes its traditional subsistence practices and symbiotic relationship with the environment, and reflects on the challenges imposed by external pressures such as deforestation, illegal mining, and climate change. The research assumes that knowledge is produced through horizontal interaction between researchers and community subjects, highlighting the importance of knowledge dialogue, mediation, and the construction of preservation strategies grounded in lived experience, alterity, and epistemological symmetry. By recognizing the strength of cultural resistance and Indigenous protagonism, the article contributes to debates on ethical and transformative methodologies in research in traditional territories and to a broader understanding of regional development in Amazonian contexts.

Keywords: regional development. extension. participatory action research. traditional peoples. dialogue of knowledges.

Mediación territorial, investigación-acción participativa y desarrollo regional en la comunidad indígena Tururukari-Uka —Amazonas, Brasil.

Resumen

Este artículo propone una estructura metodológica de intervención fundamentada en la escucha sensible y en la investigación acción participativa (IAP) para la valorización cultural y socioambiental de la comunidad indígena Tururukari-Uka, ubicada en Manacapuru, en la Amazonia Occidental. El argumento central sostiene que tales procesos pueden comprenderse mejor a la luz del concepto de desarrollo regional, entendido no como simple crecimiento económico, sino como un proceso de cambio social, complejo, multi-actor, multiescalar y multidimensional. A partir de una construcción colectiva y dialógica, se desarrolló un protocolo de acciones comprometido con el respeto al modo de vida, los saberes tradicionales y la autonomía política del pueblo Omágua/Kambeba. El estudio contextualiza a la comunidad en el territorio amazónico, analiza sus prácticas tradicionales de subsistencia y su relación simbiótica con el medio ambiente, y reflexiona sobre los desafíos impuestos por presiones externas como la deforestación, la minería ilegal y el cambio climático. La investigación parte del principio de que el conocimiento se produce en la interacción horizontal entre investigadores y sujetos comunitarios, destacando la importancia del diálogo de saberes, la mediación y la construcción de estrategias de preservación desde la vivencia, la alteridad y la simetría epistemológica. Al reconocer la potencia de la resistencia cultural y del protagonismo indígena, el artículo contribuye a los debates sobre metodologías éticas y transformadoras en la investigación en territorios tradicionales y a una comprensión ampliada del desarrollo regional en contextos amazónicos.

Palabras clave: desarrollo regional. extensión. investigación acción participativa. pueblos tradicionales. diálogo de saberes.

1 Introdução

A Amazônia Ocidental concentra uma das mais complexas combinações entre diversidade sociocultural, riqueza ecológica e intensificação de pressões territoriais. Nessa região, comunidades indígenas convivem, de um lado, com formas históricas de reprodução da vida ancoradas em relações profundas com o território, com a floresta, com os rios e com sistemas próprios de conhecimento; de outro, enfrentam o avanço de processos que ameaçam diretamente essas condições de existência, como o desmatamento, a mineração ilegal, a expansão de atividades econômicas predatórias, a precarização de políticas públicas e os efeitos das mudanças climáticas. Nesse contexto, a questão indígena não pode ser reduzida a tema cultural ou identitário em sentido restrito, pois ela envolve disputas concretas por território, autonomia, reconhecimento e justiça socioambiental.

É nesse horizonte que se insere a comunidade indígena Tururukari-Uka, localizada no município de Manacapuru, no estado do Amazonas, e formada pelo povo Omágua/Kambeba. A comunidade expressa, de forma particularmente significativa, a articulação entre memória, territorialidade, resistência cultural e busca por fortalecimento coletivo. Suas práticas de subsistência, seus vínculos com a floresta, sua organização comunitária e seus processos de afirmação identitária revelam que a permanência indígena no território amazônico não constitui resíduo de um passado em desaparecimento, mas experiência contemporânea de produção da vida, de defesa de direitos e de construção de futuro.

Partindo desse contexto, o presente artigo toma como questão central a seguinte indagação: como a investigação ação participativa, articulada aos processos de mediação e diálogo de saberes, pode contribuir para a construção de estratégias éticas e territorialmente situadas de fortalecimento comunitário em territórios indígenas amazônicos? Mais especificamente, interessa compreender de que modo essa abordagem metodológica pode ser pensada como instrumento de qualificação da relação entre universidade, pesquisa e comunidade, evitando práticas extrativas de produção de conhecimento e favorecendo processos mais horizontais, reflexivos e socialmente comprometidos.

O objetivo do artigo é, portanto, analisar a potencialidade da investigação ação participativa como estratégia metodológica de mediação em territórios indígenas amazônicos, tomando a comunidade Tururukari-Uka como referência empírica e analítica. Não se trata apenas de apresentar um conjunto de procedimentos técnicos, mas de refletir sobre a construção de um percurso metodológico comprometido com a escuta, com a alteridade, com o respeito aos saberes tradicionais e com a autonomia política da comunidade. Nessa direção, o artigo discute a elaboração de um protocolo de ação construído em diálogo com a Tururukari-Uka, buscando demonstrar que a pesquisa, quando orientada pela participação e pela simetria epistemológica, pode contribuir para processos mais amplos de fortalecimento territorial e comunitário.

O argumento central sustentado é que a investigação ação participativa, quando compreendida não apenas como técnica de coleta de dados, mas como processo de construção compartilhada do conhecimento, pode constituir uma estratégia relevante de mediação e de fortalecimento de capacidades territoriais, sendo particularmente fecunda para pensar o desenvolvimento regional em contextos indígenas amazônicos. Nesse sentido, o artigo parte da compreensão de que o desenvolvimento regional não deve ser reduzido a crescimento econômico, modernização produtiva ou integração mercantil. Ao contrário, adota-se aqui a perspectiva de que o desenvolvimento regional corresponde a um processo de mudança social multidimensional, multiator e multiescalar, que envolve disputas por reconhecimento, valorização de saberes, fortalecimento da autonomia coletiva e construção de condições para a reprodução digna da vida nos territórios (DEPONTI, 2023).

Essa opção teórica é decisiva para o artigo. Ao incorporar o conceito de desenvolvimento regional, busca-se evitar que a discussão sobre a Tururukari-Uka permaneça restrita a um relato local ou a uma reflexão metodológica abstrata. O que está em jogo é compreender que, em territórios indígenas da Amazônia, desenvolvimento regional significa também garantir permanência territorial, fortalecer práticas tradicionais de subsistência, ampliar a capacidade de organização coletiva, valorizar memórias e conhecimentos locais e construir mediações institucionais que não desfigurem os modos de vida comunitários. Em outras palavras, o desenvolvimento, nesses contextos, realiza-se menos pela imposição de soluções externas e mais pela ampliação da capacidade de os próprios sujeitos territoriais interpretarem sua realidade, definirem prioridades e participarem ativamente da formulação de caminhos para o seu futuro.

Do ponto de vista metodológico, o artigo se ancora em uma abordagem qualitativa e reflexiva, apoiada em levantamento bibliográfico e documental, visitas exploratórias, escuta ativa e construção de interlocução com a comunidade e com instituições parceiras. O material empírico mobilizado resulta de uma aproximação inicial com a Tururukari-Uka e da elaboração progressiva de um protocolo de investigação ação participativa orientado por princípios de diálogo de saberes, devolutiva comunitária e construção coletiva. Assim, mais do que apresentar resultados conclusivos de um processo já encerrado, o artigo tem como foco explicitar os fundamentos e as possibilidades de um percurso metodológico em construção, examinando criticamente seus pressupostos, suas potencialidades e seus desafios.

A relevância do texto reside, portanto, em três planos articulados. No primeiro, contribui para os debates sobre a Amazônia e os povos indígenas ao tomar a comunidade Tururukari-Uka como sujeito territorial ativo, e não como objeto passivo de intervenção. No segundo, oferece uma reflexão metodológica sobre a investigação ação participativa em contextos indígenas, destacando a centralidade da mediação, da alteridade e da escuta sensível. No terceiro, aproxima essa discussão do campo do desenvolvimento regional, argumentando que processos participativos, territorialmente enraizados e epistemologicamente simétricos podem fortalecer capacidades locais e contribuir para formas mais éticas e plurais de produção do desenvolvimento em contextos amazônicos.

Além desta introdução, o artigo está organizado em quatro seções. A primeira discute a comunidade Tururukari-Uka e o contexto amazônico a partir das relações entre território, identidade, modo de vida e desenvolvimento regional. A segunda aborda as práticas tradicionais de subsistência e a reprodução da vida comunitária como dimensões territoriais do desenvolvimento. A terceira examina a mediação, a alteridade e a investigação ação participativa como fundamentos teórico-metodológicos da pesquisa. A quarta apresenta o percurso metodológico e a construção coletiva do protocolo de investigação. Por fim, nas considerações finais, retomam-se os principais argumentos do artigo e suas contribuições para os debates sobre pesquisa participativa, territórios indígenas e desenvolvimento regional na Amazônia.

2 Comunidades indígenas na Amazônia Ocidental: território, modo de vida e desenvolvimento regional

A Amazônia Ocidental está localizada na região norte do Brasil, abrangendo os estados do Acre, Amazonas, Rondônia e Roraima. Esta área faz parte da vasta bacia amazônica, que compõe a maior floresta tropical do mundo, cobrindo grande parte do território brasileiro. É uma região de grande diversidade cultural e ecológica, abrigando inúmeras comunidades indígenas que possuem modos de vida profundamente conectados com o ambiente natural. Essas comunidades, que incluem grupos como os Huni Kuin, Ashaninka, Yawanawá, e Yanomami, entre outros, têm uma longa história de ocupação e manejo dos recursos naturais de forma sustentável.

Os primeiros habitantes de Manacapuru foram indígenas da etnia Mura e Torá, que migraram da região do rio Madeira. O nome da cidade vem de origem indígena, respectivamente, de uma palavra de origem tupi, composta por dois radicais: Manacá, que significa flor, e Puru que significa matizada (Silva, 2012).

Nesta pesquisa, propõe-se um trabalho com Manacapuru que é um município localizado no estado do Amazonas, na região Norte do Brasil. Está situado a cerca de 100 km a oeste de Manaus, na margem esquerda do Rio Solimões, uma das principais vias fluviais da Amazônia. Manacapuru é conhecida por sua rica biodiversidade e pela presença de comunidades ribeirinhas e indígenas, que vivem em harmonia com a floresta.

A economia de Manacapuru é baseada principalmente na pesca, na agricultura familiar e no extrativismo, com destaque para a produção de juta, uma fibra vegetal utilizada na confecção de sacos e outros produtos. O turismo ecológico também tem ganhado importância, atraindo visitantes interessados em conhecer a floresta amazônica, os rios e as culturas locais. Manacapuru é famosa pelo Festival de Ciranda, uma festa popular que celebra a cultura e as tradições locais, com apresentações de dança, música e competições entre os grupos de ciranda.

A comunidade indígena Tururukari-uka é uma comunidade indígena localizada dentro do território de Manacapuru. Esta comunidade é formada pelo povo Kambeba. De acordo com Silva (2012), os Omágua/Kambeba é um dos mais importantes grupos indígenas estabelecidos entre os rios Solimões e Negro, da fronteira do Amazonas. Silva destaca que eles possuem uma documentação histórica

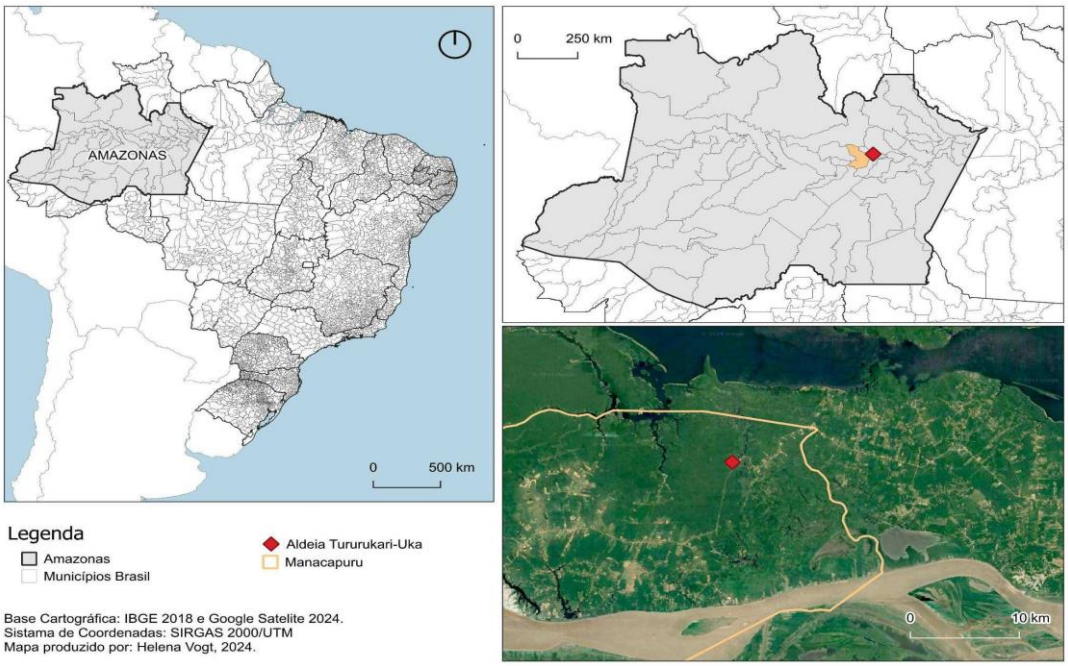
e etnográfica relativamente rica, principalmente, devido a suas particularidades culturais tais como: a aparência física e a indumentária, distintas em relação as outras etnias vizinhas e, a adaptação dos mesmos a um ambiente específico e geograficamente limitado - a várzea do Alto Amazonas.

O povo Omágua/Kambeba, que muitos anos atrás habitou parte da várzea do Alto Amazonas, configura-se como um dos povos que por pouco não foram dizimados em consequência da aproximação com o homem branco. Em função disso, o Serviço de Proteção ao Índio (SPI), criado em 1910 e se estende até a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), criada em 1967 adotou a filosofia de retirar os indígenas das áreas de interesse da capital e colocá-los em Parques Indígenas ou "Área de Refúgio", como o Parque do Xingu, criado em 1951 e o Parque Indígena Aripuanã, criado em 1968. Essa política de isolamento e de proteção dos povos indígenas teve consequências devastadoras para os Omágua/Kambeba e outros grupos, pois muitas vezes os confinava em áreas pequenas e sem condições adequadas de sobrevivência, além de impedir o contato com outras comunidades e dificultar o acesso a serviços básicos como saúde e educação. Além disso, a pressão constante da colonização e esse processo de desterritorialização e de reterritorialização pelo qual passaram os Omágua/Kambeba levou à perda de seus territórios tradicionais, resultando em um impacto profundo em sua cultura e modo de vida. No entanto, esses fatores não foram suficientes para extinguir por completo esse povo da região amazônica. Silenciados e temerosos os Omágua/Kambeba buscaram novas formas de sobrevivência. Ao relembrarem seus cantos, danças e mitos, vão aos poucos saindo da invisibilidade em que, nos séculos XIX e XX estavam confinados (Silva, 2012).

O nome Tururukari-Uka significa Tururukari - a figura do principal líder que foi um grande defensor dos Omágua/Kambeba e teve um papel fundamental na história do povo. O nome TururuKari era venerado pelos indígenas de sua época como um "deus", e esse sentimento de veneração e orgulho foi passado para seus filhos e netos, razão pela qual a aldeia leva o nome desse líder maior. TururuKari seria então, não só um grande líder, mas também um grande político, tuxaua maior, articulador e defensor do povo e do território em questão. Seu nome representava poder, força, por isso era tido como um "deus". O nome Uka dignifica - casa.

A comunidade Tururukari-Uka, formada pelo povo Omágua/Kambeba, expressa de maneira concreta essa relação entre território, cultura e reprodução da vida. Suas práticas tradicionais de subsistência — agricultura de roça, pesca, extrativismo e artesanato — não são apenas estratégias econômicas, mas formas de organização social e ecológica profundamente vinculadas ao território amazônico. Ao mesmo tempo, a pressão de atividades como mineração, agropecuária extensiva, incêndios e desmatamento ameaça diretamente essas condições de reprodução, afetando não apenas a base material da comunidade, mas sua memória, sua cultura e sua autonomia política.

Figura 1 - Localização da Comunidade Tururukari-Uka- Manacapuru-AM



Fonte: Elaboração da autora (2025)

O avanço de atividades como desmatamento ilegal, incêndios, mineração e agropecuária em larga escala representam uma ameaça constante ao território e modo de vida da comunidade. A perda de território impacta diretamente a capacidade de subsistência e a preservação cultural. Além disso, a alteração dos padrões climáticos na Amazônia afeta diretamente as práticas agrícolas e de pesca, exigindo que a comunidade adapte suas estratégias de subsistência a essas mudanças. A preservação da Amazônia também é crucial para mitigar os impactos das mudanças climáticas na região. A conservação da floresta amazônica não apenas contribui para a manutenção do equilíbrio ambiental global, mas também garante a subsistência das comunidades que dependem dos recursos naturais da região.

É precisamente aqui que o conceito de desenvolvimento regional se torna analiticamente fecundo. Se o desenvolvimento regional é entendido como mudança social multidimensional, então a situação da comunidade não pode ser lida apenas como problema ambiental, fundiário ou cultural isolado. Trata-se de uma questão regional porque envolve relações entre território, poder, políticas públicas, conhecimentos, formas de vida e capacidades de ação coletiva. A permanência da comunidade em seu território, a preservação de seus modos de vida e o fortalecimento de sua autonomia constituem, nessa perspectiva, dimensões substantivas do desenvolvimento regional amazônico.

3 Práticas tradicionais de subsistência, diversidade socioterritorial e reprodução da vida

Esta comunidade, como muitas outras na região, mantêm práticas tradicionais de subsistência, como a agricultura de roça, a pesca e o extrativismo, além de preservar sua cultura e modos de vida indígenas. As comunidades indígenas da região

de Manacapuru, incluindo a de Tururukari-uka, desempenham um papel importante na conservação da biodiversidade amazônica e na manutenção das tradições culturais que são passadas de geração em geração. A interação dessas comunidades com o ambiente natural é profundamente enraizada em seus conhecimentos tradicionais, que incluem práticas sustentáveis de manejo da floresta e dos recursos naturais.

A estrutura social da Comunidade Tururukari-uka é baseada em uma organização familiar e comunitária, em que o coletivo desempenha um papel central. A liderança é exercida por caciques ou líderes espirituais - pajés, que são respeitados por seu conhecimento tradicional e capacidade de guiar a comunidade em questões sociais e espirituais.

A figura 2 é de Wuika Kambeba, também chamada de Dona Teca, pajé da comunidade Tururukari-Uka, cargo que ocupa desde os dezoito anos. Ela destaca que a principal fonte de renda era o turismo (antes da pandemia do Covid-19), mas também vendem o artesanato, os chás e os remédios tradicionais indígenas para as regiões mais próximas. O sustento do dia a dia vem da caça e da pesca e alguns de recebem o Bolsa Família como auxílio do governo. A língua-mãe, a que usam no dia a dia, é proveniente do tronco Tupi e do Kambeba, mas também falam o português. Se vestem com peças de algodão e adereços artesanais feitos por eles mesmos e não usam penas, porque não aceitam que os pássaros sejam mortos para esse fim.

Figura 2 - Pajé da Comunidade Tururucari-Uka Wuika Kambeba (Dona Teca)



Fonte: Revista Marie Claire (2021), disponível em https://revistamarieclaire.globo.com/EuLeitora/noticia/2020/07/me-aliei-natureza-para- expulsar-o-coronavirus-da-minha-aldeia.html

A língua falada pela comunidade é um dos aspectos mais importantes de sua identidade cultural. Além da língua, a transmissão de conhecimentos, mitos, rituais e histórias tradicionais desempenha um papel crucial na educação das gerações mais jovens. As práticas espirituais, como os rituais relacionados à floresta, à caça, à pesca e à agricultura, são uma parte fundamental da vida na comunidade. A espiritualidade geralmente está interligada com a natureza, onde cada elemento natural possui um significado simbólico.

Os Kambeba da aldeia Tururukari-Uka têm se esforçado para preservar e manter vivas as tradições e costumes transmitidos por seus ancestrais. Eles valorizam a língua, o canto, a dança, o cultivo do roçado, o artesanato e a vestimenta que remontam aos séculos XVII e XVIII. Ao mesmo tempo, têm buscado seu espaço na sociedade circundante. A busca pela educação formal tem sido uma prioridade para muitos Kambeba, com diversos membros ingressando em universidades. Além disso, têm lutado pelos seus direitos à terra e pelo respeito e reconhecimento como povo indígena. Essas lutas são exemplos da resistência dos Omágua/Kambeba ao longo dos anos, mostrando sua determinação em conciliar as tradições antigas com os desafios modernos. Este é um testemunho da força cultural e identitária do povo Kambeba (Silva, 2012).

A comunidade depende de práticas tradicionais de subsistência que incluem a agricultura de Roça, pesca, extrativismo e artesanato. A roça é um sistema agrícola rotativo onde pequenas áreas de floresta são desmatadas e cultivadas por um período antes de serem deixadas em repouso para regeneração. Este método é sustentável e adaptado às condições amazônicas, permitindo a produção de alimentos como mandioca, milho, banana e outros cultivos tradicionais. Já a pesca e o extrativismo ocorrem sobretudo no Rio Solimões e em igarapés próximos, é uma fonte essencial de proteína e faz parte da dieta diária. Além disso, a coleta de produtos da floresta, como frutas, castanhas, e plantas medicinais, contribui para a alimentação e a saúde da comunidade.

Tais práticas não são resquícios do passado, mas formas contemporâneas de gestão da vida e do território. A roça, por exemplo, é apresentada como sistema agrícola rotativo adaptado às condições amazônicas; a pesca e o extrativismo garantem alimentação e saúde; o artesanato preserva a cultura material e pode também gerar renda. A relação com a floresta é descrita como relação de interdependência e respeito, sustentada por um conhecimento ecológico tradicional que orienta o manejo dos recursos naturais.

O artesanato é feito com materiais locais como palha, sementes e fibras vegetais, não só é uma forma de preservar a cultura material, mas também pode representar uma fonte de renda para a comunidade através da venda em feiras e mercados regionais.

Figura 3- Artesanato dos Tururukari-Uka



Fonte: Pesquisa (2023)

Essas práticas revelam que a relação da comunidade com a floresta é de interdependência e reciprocidade. A floresta não é vista como estoque inerte de recursos a ser explorado, mas como espaço de vida, de espiritualidade, de memória e de continuidade coletiva. Essa relação, sustentada por conhecimentos ecológicos tradicionais, orienta formas de manejo que historicamente contribuíram para a conservação da biodiversidade amazônica. Por isso, quando se fala em desenvolvimento regional na Amazônia, torna-se insuficiente recorrer a indicadores convencionais centrados apenas em crescimento econômico, aumento de renda monetária ou intensificação de mercados. Em territórios como o da Tururukari-Uka, o desenvolvimento precisa ser compreendido também a partir da capacidade de sustentar formas de vida territorialmente enraizadas, proteger ecossistemas, fortalecer vínculos comunitários e garantir condições de reprodução cultural e política.

Nesse ponto, a permanência territorial assume centralidade. Para povos indígenas, território não é apenas base física de moradia ou de produção; é condição de existência coletiva. É no território que se organizam as práticas produtivas, os vínculos de parentesco, as formas de autoridade, os sistemas de conhecimento, os rituais, a memória e os processos de socialização das novas gerações. A perda, a fragmentação ou a precarização do território não afeta apenas a economia comunitária, mas compromete as bases materiais e simbólicas da vida coletiva. Assim, a permanência territorial deve ser entendida como dimensão substantiva do desenvolvimento regional, porque garante as condições para que a comunidade continue produzindo sua própria forma de viver, decidir, educar, cuidar e existir no espaço amazônico.

Na Amazônia, isso é ainda mais evidente porque os conflitos territoriais não são marginais: eles estruturam boa parte das dinâmicas regionais. O avanço do desmatamento, da mineração ilegal, da agropecuária extensiva, dos incêndios e da apropriação privada dos bens naturais não representa apenas uma pressão externa sobre áreas indígenas, mas um modelo concorrente de uso do território. Em termos de desenvolvimento regional, há aqui um confronto entre racionalidades distintas: de um lado, uma lógica predatória, concentradora e exógena; de outro, formas de ocupação e manejo que associam biodiversidade, reprodução comunitária e continuidade cultural. Defender a permanência da comunidade em seu território, portanto, não é apenas defender um direito específico, mas afirmar outra concepção de desenvolvimento para a região.

A educação indígena também precisa ser compreendida como dimensão substantiva do desenvolvimento regional. No caso da Tururukari-Uka, a escola não pode ser reduzida a equipamento institucional ou mecanismo de inserção formal. Ela opera como espaço de fortalecimento identitário, transmissão linguística, valorização da memória e mediação entre tradição e contemporaneidade. A educação escolar indígena, quando orientada pelos interesses e pela cultura da própria comunidade, contribui para a formação de sujeitos capazes de transitar entre diferentes mundos sem romper com seu pertencimento territorial e cultural. Isso significa que a educação não atua apenas como política social complementar, mas como mecanismo de continuidade histórica e de fortalecimento da capacidade coletiva de interpretação e decisão.

Sob a perspectiva do desenvolvimento regional, isso é decisivo. Regiões não se desenvolvem apenas quando ampliam infraestrutura ou atividades econômicas; desenvolvem-se também quando ampliam a capacidade de seus sujeitos de produzir conhecimento, interpretar seu contexto, formular prioridades e disputar projetos de futuro. Em contextos indígenas, a educação diferenciada permite justamente isso: fortalecer a comunidade para que ela possa dialogar com instituições externas, defender seus direitos, registrar sua memória, qualificar suas formas de organização e construir respostas próprias diante das transformações que a afetam. A educação, nesse caso, é desenvolvimento porque amplia capacidades comunitárias, sustenta a reprodução cultural e fortalece a agência territorial.

A biodiversidade, por sua vez, não deve ser tratada apenas como patrimônio natural da humanidade ou ativo ecológico abstrato. Na realidade da Tururukari-Uka, a biodiversidade é parte constitutiva da própria vida social. Ela fornece alimento, remédios, materiais de uso cotidiano, referências cosmológicas e elementos centrais para a continuidade do modo de vida comunitário. A preservação da biodiversidade amazônica, nesse contexto, não pode ser separada da permanência dos povos que historicamente aprenderam a viver com ela e a manejá-la de forma não destrutiva. Assim, quando a comunidade protege a floresta, os rios e os ecossistemas locais, ela não está apenas conservando a natureza em sentido técnico, mas defendendo as bases ecológicas do seu próprio desenvolvimento.

Por isso, biodiversidade e desenvolvimento regional não são termos opostos. Ao contrário, na Amazônia, a biodiversidade precisa ser compreendida como componente estruturante do desenvolvimento, desde que este seja pensado em chave territorial, ecológica e socialmente situada. A conservação não pode ser vista como obstáculo ao desenvolvimento, nem os povos indígenas como barreira ao

progresso. Em muitos casos, são justamente esses povos e comunidades que sustentam formas mais duráveis, resilientes e equilibradas de relação com o ambiente. Nessa perspectiva, a biodiversidade deixa de ser pano de fundo e passa a ser dimensão concreta das capacidades territoriais da região.

A autonomia comunitária é outra dimensão central. A comunidade Tururukari-Uka não figura neste artigo como grupo carente de tutela externa, mas como sujeito coletivo que interpreta sua realidade, organiza sua vida social, preserva conhecimentos, constrói mediações e formula estratégias para sua continuidade. A autonomia, nesse sentido, não significa isolamento, mas capacidade de decidir sobre os próprios caminhos, definir prioridades, negociar com instituições externas e produzir respostas desde seus próprios referenciais culturais e políticos. Em contextos historicamente marcados por tutela, imposição e subalternização, fortalecer a autonomia indígena é condição para qualquer processo de desenvolvimento que pretenda ser eticamente legítimo.

Nessa direção, a contribuição de Saquet (2015; 2018) permite aprofundar a compreensão do desenvolvimento regional em contextos amazônicos ao destacar que o território não deve ser interpretado apenas como base material de políticas públicas ou suporte físico de atividades econômicas, mas como resultado histórico de práticas sociais, relações de poder e processos coletivos de produção da vida. Ao enfatizar o papel do saber popular e da práxis territorial na constituição de territorialidades contra-hegemônicas, o autor evidencia que comunidades tradicionais e povos indígenas não ocupam o território apenas como espaço de moradia ou subsistência, mas como campo de reprodução cultural, política e ecológica de sua existência coletiva. Sob essa perspectiva, a permanência territorial, a educação indígena diferenciada, a proteção da biodiversidade e o fortalecimento da autonomia comunitária configuram dimensões centrais de processos de desenvolvimento regional territorialmente situados, na medida em que expressam formas próprias de organização social e de manejo do ambiente que tensionam modelos exógenos e homogeneizantes de desenvolvimento. Assim, reconhecer o protagonismo dos sujeitos territoriais e a centralidade de seus saberes implica compreender o desenvolvimento regional não como adaptação subordinada a dinâmicas externas, mas como processo construído a partir de práticas sociais concretas, historicamente situadas e orientadas pela capacidade coletiva de interpretar, defender e transformar o território.

Do ponto de vista regional, isso significa reconhecer que o desenvolvimento não se realiza pela simples integração subordinada de comunidades indígenas a agendas externas, mas pelo fortalecimento de sua capacidade de ação coletiva, de sua voz política e de seu controle sobre os processos que incidem em seus territórios. Quando a comunidade amplia sua organização, consolida associações, fortalece sua escola, valoriza sua memória e constrói protocolos próprios de relação com a universidade e outras instituições, ela está também produzindo desenvolvimento regional. Não porque se adapte a um padrão exógeno de modernização, mas porque expande suas capacidades de permanência, decisão e reprodução da vida em bases próprias.

Assim, permanência territorial, educação indígena, biodiversidade e autonomia comunitária não aparecem aqui como temas paralelos ou complementares. Eles constituem, em conjunto, dimensões substantivas do

desenvolvimento regional na Amazônia, porque dizem respeito às condições concretas de reprodução social, ecológica, cultural e política dos sujeitos territoriais. Pensar o desenvolvimento regional a partir da Tururukari-Uka exige, portanto, deslocar o foco de uma visão centrada em indicadores econômicos agregados para uma compreensão que valorize a capacidade de sustentar territórios vivos, modos de vida plurais, ecossistemas preservados e sujeitos coletivos dotados de voz e agência.

Nessa direção, as práticas tradicionais da comunidade não são resquícios de atraso, mas expressões de racionalidades territoriais complexas. A busca por educação formal, por reconhecimento de direitos e por articulação política mais ampla, por sua vez, mostra que tradição e mudança não são esferas excludentes. Ao contrário, a experiência da Tururukari-Uka indica que o fortalecimento territorial pode ocorrer justamente pela capacidade de articular continuidade cultural e abertura estratégica ao mundo exterior. Em contextos amazônicos, desenvolver regionalmente não significa homogeneizar, mercantilizar ou desindigenizar os territórios, mas criar condições para que povos e comunidades possam seguir existindo com dignidade, autonomia e reconhecimento em seus próprios termos.

4 Mediação, alteridade e investigação ação participativa como fundamentos do desenvolvimento regional

A Comunidade Tururukari-uka, como muitas outras comunidades indígenas, é um repositório de conhecimentos tradicionais que foram acumulados e transmitidos ao longo de gerações. Esse conhecimento abrange não apenas práticas agrícolas, de pesca, e de manejo da floresta, mas também uma compreensão profunda dos ciclos naturais, das plantas medicinais, e das técnicas de sobrevivência que permitem à comunidade viver de forma sustentável na floresta amazônica.

Este conhecimento é fundamental para a conservação da biodiversidade da Amazônia, uma vez que as práticas tradicionais de manejo ambiental da comunidade estão alinhadas com a preservação dos ecossistemas. Em um momento em que o desmatamento e a degradação ambiental ameaçam a Amazônia, a sabedoria tradicional dos Tururukari-uka e de outras comunidades indígenas oferece um modelo de coexistência harmoniosa com a natureza.

> De acordo com Viveiros de Castro (2002, p. 2), o conhecimento antropológico é imediatamente uma relação social, pois é o efeito das relações que constituem reciprocamente o sujeito que conhece e o sujeito que ele conhece, e a causa de uma transformação (toda relação é uma transformação) na constituição relacional de ambos. Ainda quando antropólogo e nativo compartilham a mesma cultura, a relação de sentido entre os dois discursos diferencia tal comunidade: a relação do antropólogo com sua cultura e a do nativo com a dele não é exatamente a mesma. O antropólogo tem usualmente uma vantagem epistemológica sobre o nativo. O discurso do primeiro não se acha situado no mesmo plano que o discurso do segundo: o sentido que o antropólogo estabelece depende do sentido nativo, mas é ele quem detém o sentido desse sentido — ele quem explica e interpreta, traduz e introduz, textualiza e contextualiza, justifica e significa esse sentido. ao mirá-lo com um olhar distanciado e carente de empatia, construí-lo como um objeto exótico,

> diminuí-lo como um primitivo não coevo ao observador, negar-lhe o direito humano à interlocução — conhece-se a litania. Não é nada disso. Antes pelo contrário, penso.

Esta citação de Viveiros de Castro soa como um mantra para o pesquisador comprometido com o território onde realiza sua pesquisa. Nesse sentido, desenvolveu-se um protocolo para a ação junto à comunidade. Neste protocolo estão delimitados as atividades e os passos a serem realizados ou seguidos para o respeito e não alteração do modo de vida e da cultura.

Com base nas reflexões apresentadas até aqui sobre o contexto territorial, histórico e sociocultural da comunidade Tururukari-Uka, e considerando os desafios contemporâneos enfrentados pelos povos indígenas da Amazônia Ocidental, torna-se necessário explicitar o percurso metodológico adotado nesta pesquisa. A construção de estratégias de mediação cultural e valorização da diversidade socioterritorial requer não apenas sensibilidade ética, mas também o compromisso com métodos que reconheçam os sujeitos locais como protagonistas do processo investigativo. Nesse sentido, a próxima seção apresenta a metodologia desenvolvida, fundamentada na investigação ação participativa, detalhando o protocolo construído em diálogo com a comunidade, os referenciais teóricos adotados e as técnicas utilizadas para a escuta, análise e devolutiva dos conhecimentos produzidos.

No núcleo teórico-metodológico, a mediação aparece como categoria central. A partir de Viveiros de Castro, o texto problematiza a relação entre pesquisador e comunidade, recusando a posição de superioridade epistemológica do primeiro sobre o segundo e enfatizando a necessidade de vivência, alteridade e escuta. Em seguida, a pesquisa apresenta a construção de um protocolo de ação junto à comunidade, delimitando atividades e procedimentos voltados ao respeito ao modo de vida, à cultura e à autonomia local.

A mediação constitui um processo de negociação entre as partes, nem top-down, nem bottom-up, mas de encontro, interface e hibridização entre conhecimentos diversos. Trata-se de um trabalho de longo prazo, contraditório, de resultados pequenos no curto prazo, que exige abertura, flexibilidade, reflexão, análise e decisão por parte dos sujeitos mediados. A qualidade da mediação reside, precisamente, na capacidade de transformar os mediados em sujeitos do processo de desenvolvimento. A alteridade, a sensibilidade e a agência tornam-se, nessa leitura, elementos constitutivos da intervenção voltada ao desenvolvimento regional.

Essa formulação dialoga diretamente com a investigação ação participativa adotada no artigo. O protocolo metodológico descrito — levantamento preliminar, formação de rede institucional, visita exploratória, escuta ativa, apresentação da proposta, sistematização do conhecimento, planejamento de ações com crianças e jovens, uso de técnicas qualitativas e ciclos contínuos de reflexão-ação-reflexão — expressa justamente um modo de construir conhecimento com a comunidade, e não sobre a comunidade. A pesquisa, nesse caso, não termina na produção de dados, mas pretende atuar na realidade social, fortalecendo protagonismos e dinamizando processos próprios de desenvolvimento.

Desse modo, a IAP pode ser compreendida como uma metodologia coerente com uma visão ampliada de desenvolvimento regional. Ela reconhece que o desenvolvimento se produz na interação horizontal entre sujeitos, na valorização do

saber local, na construção compartilhada de diagnósticos e na formulação coletiva de estratégias. Mais do que técnica de pesquisa, a IAP funciona como dispositivo de mediação territorial e de fortalecimento da agência comunitária.

A opção pela Investigação-Ação Participativa neste estudo aproxima-se da noção de práxis territorial proposta por Saquet (2015; 2018), ao reconhecer os sujeitos locais não apenas como fontes de informação, mas como protagonistas da produção do território e do conhecimento sobre ele. Nessa perspectiva, o território é compreendido como resultado de relações sociais historicamente construídas, atravessadas por disputas, saberes e formas de organização coletiva que se expressam nas práticas cotidianas de reprodução da vida. Assim, a investigação não se orienta por uma lógica de aplicação externa de técnicas sobre uma realidade previamente definida, mas por um processo de construção relacional e situada do conhecimento, no qual a escuta, o diálogo de saberes e a participação comunitária constituem elementos estruturantes do percurso metodológico. Ao dialogar com a noção de territorialidades contra-hegemônicas formulada por Saquet, a Investigação-Ação Participativa permite compreender que a produção do conhecimento em contextos indígenas amazônicos deve contribuir para fortalecer capacidades territoriais, valorizar os saberes locais e ampliar a autonomia dos sujeitos na interpretação e condução de seus próprios processos de desenvolvimento regional.

5 Estatuto do material empírico e percurso metodológico da investigação

A construção do percurso metodológico desta pesquisa ancora-se na Investigação-Ação Participativa (IAP), compreendida não apenas como um conjunto de técnicas qualitativas, mas como perspectiva epistemológica e política de produção compartilhada do conhecimento em contextos socioterritoriais marcados por assimetrias históricas entre instituições acadêmicas e povos indígenas. Essa opção metodológica dialoga diretamente com o argumento desenvolvido nas seções anteriores, segundo o qual o desenvolvimento regional na Amazônia não pode ser interpretado apenas a partir de indicadores econômicos ou de dinâmicas exógenas de modernização, mas precisa ser compreendido como processo territorialmente situado, sustentado por práticas coletivas de permanência, educação, proteção da biodiversidade e autonomia comunitária.

Nessa direção, a investigação foi construída a partir de um movimento inicial de aproximação territorial junto à comunidade indígena Tururukari-Uka, pertencente ao povo Omágua/Kambeba e localizada no município de Manacapuru (AM). O material empírico mobilizado neste artigo resulta de duas visitas exploratórias, mais de quatro reuniões de interlocução com lideranças comunitárias e de vários encontros de planejamento com instituições parceiras que atuam na região, constituindo uma etapa relacional fundamental para a construção de vínculos de confiança e para a pactuação coletiva das condições de desenvolvimento da pesquisa. Mais do que um momento preliminar de coleta de informações, essa aproximação permitiu identificar demandas territoriais prioritárias, reconhecer formas locais de organização social e compreender a centralidade da educação indígena, da proteção da biodiversidade e da permanência territorial como dimensões estruturantes das estratégias comunitárias de reprodução da vida. Essa

opção decorre da compreensão de que, em contextos indígenas amazônicos, a pesquisa não pode ser conduzida como procedimento externo de coleta de dados, sob pena de reproduzir lógicas extrativas de conhecimento historicamente associadas à subalternização dos sujeitos do território. Ao contrário, o caminho metodológico precisou ser construído de forma relacional, respeitando ritmos, interlocuções, mediações institucionais e a própria temporalidade da comunidade.

O primeiro movimento desse percurso consistiu no levantamento bibliográfico e documental sobre a Amazônia Ocidental, o município de Manacapuru, o povo Omágua/Kambeba e a comunidade Tururukari-Uka. Essa etapa não teve função meramente introdutória. Ela foi importante para situar historicamente o território, reconhecer processos de desterritorialização e reterritorialização vividos pelo povo Kambeba e identificar questões já evidenciadas em estudos anteriores sobre identidade, organização comunitária, escolarização indígena e associativismo. Além disso, a interlocução com autores vinculados à tradição latino-americana da Investigação-Ação Participativa, como Fals Borda, Ramírez, Moreno e Espadas, Pestaña e Alcázar, contribuiu para sustentar teoricamente uma metodologia comprometida com a vivência, a participação crítica e a coprodução do conhecimento.

A visita exploratória à comunidade representou, nesse contexto, um momento decisivo. Mais do que inaugurar o trabalho de campo, ela permitiu construir uma primeira escuta situada sobre a vida comunitária, os modos de subsistência, as práticas culturais, a organização espacial, as histórias compartilhadas e os sentidos atribuídos pelos próprios sujeitos ao território em que vivem. As conversas realizadas nesse momento, mediadas pela liderança local, naquele momento Chiquinho Kambeba, foram fundamentais para deslocar a pesquisa de um roteiro previamente fechado para uma lógica de construção relacional do campo. O reconhecimento do território, das áreas de cultivo, das moradias e das estruturas comunitárias permitiu compreender, de modo mais concreto, que a permanência territorial, a biodiversidade, a educação indígena e a autonomia coletiva não aparecem como temas separados, mas como dimensões profundamente articuladas da reprodução da vida na Tururukari-Uka.

Ao explicitar o estatuto desse material empírico, é importante destacar que o artigo se baseia em um processo de investigação em curso. Após a conversa com o líder local de caráter exploratório, acima referido, foi realizada visita presencial inicial com a participação dessa liderança e de famílias da comunidade. Neste primeiro momento foi realizada uma apresentação para comunidade do Projeto e à adequação do mesmo as necessidades e as demandas da própria comunidade.

Paralelamente, foram realizadas reuniões com instituições do município de Manaus para averiguar a possibilidade de parceiras, tais como: Coordenação de Povos Indígenas de Manaus e Entornos (COPIME)[1], a Associação dos Kambeba (ATIK), a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), que contribuíram para a construção de uma rede institucional de apoio à pesquisa. Além dessas organizações ainda foram visitadas a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação, o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE). A constituição dessa rede não foi acessória, pois desempenhou papel importante na mediação inicial do contato, na criação de condições de confiança e na adequação do percurso metodológico às especificidades do território. No caso da EMBRAPA, por exemplo, sua participação foi relevante para viabilizar a aproximação inicial entre a pesquisadora e as lideranças comunitárias, favorecendo uma entrada no campo menos invasiva e mais respeitosa. Essas atividades possibilitaram a produção de registros preliminares sobre a organização socioterritorial da comunidade, seus modos de subsistência, suas estratégias de valorização cultural e suas demandas relacionadas à permanência territorial e à educação diferenciada.

Foram realizadas oficinas online, conversas por telefone com interlocutores locais, apresentação do Projeto para os jovens da comunidade e duas visitas *in loco*, que permitiram qualificar o processo de aproximação institucional e de construção de vínculos com a comunidade, fortalecendo a escuta e o reconhecimento das demandas territoriais emergentes. Destaca-se que a continuidade das oficinas participativas sistemáticas, a realização de cartografias sociais ampliadas e a estruturação de ciclos continuados de reflexão coletiva ainda se encontram em fase de pactuação com a comunidade, respeitando seus tempos próprios de decisão, organização e participação. Tal postura metodológica reafirma o compromisso com uma abordagem participativa e dialógica, coerente com os princípios da investigação-ação participativa, que pressupõe a construção compartilhada das etapas do processo e o reconhecimento da autonomia comunitária como dimensão central das estratégias de intervenção territorial.

Essa explicitação não constitui apenas um cuidado metodológico formal, mas expressa uma opção ética e epistemológica coerente com a Investigação-Ação Participativa. Em contextos amazônicos, o campo não se apresenta como realidade previamente disponível à observação externa, mas como relação construída progressivamente por meio da escuta, do diálogo e da negociação metodológica com os sujeitos territoriais. Nesse sentido, investigar implica reconhecer o território como espaço vivido, politicamente disputado e simbolicamente produzido, o que exige deslocar a pesquisa de uma lógica extrativa para uma lógica relacional de construção compartilhada do conhecimento.

[1] Trata-se de uma organização indígena que atua na região do Médio Solimões, no estado do Amazonas, Brasil, com o objetivo de articular, representar e defender os direitos dos povos indígenas que vivem naquela área. A COPIME desempenha um papel importante na promoção da cidadania indígena, na proteção dos territórios tradicionais, na valorização cultural e na interlocução com órgãos públicos e instituições parceiras, como a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI), ONGs e universidades.

O percurso metodológico estruturou-se, portanto, a partir de três fundamentos articulados. O primeiro refere-se à centralidade da escuta territorial como condição de construção do campo. As visitas exploratórias e os encontros iniciais com a comunidade permitiram compreender que permanência territorial, educação indígena, biodiversidade e autonomia comunitária não constituem dimensões isoladas, mas elementos articulados na organização cotidiana da vida comunitária. O segundo fundamento corresponde à coprodução do conhecimento, entendida como processo de negociação metodológica contínua com as lideranças e com os moradores da comunidade, no qual instrumentos como rodas de conversa, registros narrativos e cartografias participativas são concebidos como dispositivos de tradução intercultural e não apenas como técnicas de levantamento de dados. O terceiro fundamento refere-se ao compromisso ético com a autonomia comunitária, que orienta a pesquisa a respeitar tempos locais, decisões coletivas e formas próprias de organização social, garantindo a devolutiva dos resultados e a transparência no uso das informações produzidas.

Nesse sentido, o protocolo metodológico desenvolvido não deve ser compreendido como roteiro fixo de intervenção, mas como estrutura aberta e situada de construção coletiva do conhecimento. Inspirado nas contribuições de Fals Borda (2008), Ramírez (2020), Moreno e Espadas (2002) e Pestaña e Alcázar (2000), o percurso investigativo organiza-se em ciclos sucessivos de reflexão-ação-reflexão, nos quais os sujeitos sociais participam da definição dos temas prioritários, da interpretação das informações produzidas e da formulação de estratégias voltadas ao fortalecimento territorial da comunidade.

Esse ponto é importante para reforçar a honestidade metodológica do artigo: o protocolo contempla ações já realizadas e outras ainda previstas, sendo necessário distinguir com nitidez aquilo que já compõe o material empírico efetivamente produzido daquilo que permanece como desdobramento prospectivo do processo de pesquisa.

Ao articular Investigação-Ação Participativa e desenvolvimento regional, a metodologia adotada reafirma que a produção do conhecimento constitui também um processo de construção de capacidades territoriais. Nesse horizonte, a pesquisa não se orienta apenas à compreensão da realidade local, mas contribui para fortalecer memória coletiva, identidade socioterritorial, participação comunitária e autonomia política, dimensões que, no contexto amazônico, configuram elementos substantivos de processos territorialmente situados de desenvolvimento regional.

Quadro 1: Características de um Diagnóstico de Investigação Ação Participativa

Ações e Atividades	**Dispositivos**
Estabelecer uma comunicação clara e honesta	Priorizaro diálogo de saberes provocando que os sujeitos expressem sua voz e pensamento
Definir claramente a relação com os sujeitos com quem se vai trabalhar	Adequar linguagens e enfoques pedagógicos, privilegiando a perspectiva dos sujeitos

Desenvolver um inventário sócio-produtivo e cultural – pode ser um Memorial	Sistematizar reflexões, planos de ação coletiva, apropriação da informação
Provocar uma compreensão multidimensional, ou seja, do ecossistema como um todo	As metodologias utilizadas devem ser claras, sintéticas, contextualizadas e úteis
Revisar estudos e experiências anteriores – o central é a capacidade de construir diálogos de confiança e reflexivos.	O diagnóstico implica a precisão, a definição de componentes fortes e a identificação de eixos integradores
Evitar exercícios descontextualizados, temas conflitivos, emissão de juízos de valor	Exercer a vivência e a alteridade

Fonte: Adaptado de Ramírez (2020)

É precisamente nesse ponto que o Quadro 1, elaborado a partir de Ramírez (2020), ganha densidade analítica. As características ali sintetizadas mostram que o diagnóstico participativo não pode ser reduzido a um momento técnico de levantamento de dados, pois envolve a construção de uma comunicação clara e honesta, a explicitação da relação entre pesquisadores e sujeitos do território, a sistematização compartilhada de informações socioprodutivas e culturais e a busca por uma compreensão multidimensional da realidade. Ao enfatizar o diálogo de saberes, a adequação de linguagens, a contextualização dos procedimentos e o exercício da alteridade, Ramírez ajuda a compreender que diagnosticar participativamente significa criar condições éticas e metodológicas para compreender o território com os sujeitos, e não apenas sobre eles. Essa leitura reforça o deslocamento promovido neste artigo: em vez de apresentar um protocolo fixo e prescritivo, busca-se evidenciar um processo metodológico aberto, reflexivo e territorialmente situado.

Em razão disso, o protocolo metodológico adotado organiza-se como processo cíclico de reflexão-ação-reflexão, no qual cada etapa do trabalho de campo tende a ser retomada criticamente, discutida com a comunidade e reelaborada à luz das aprendizagens produzidas no percurso. Esse movimento não apenas fortalece o protagonismo dos sujeitos sociais, mas também amplia a densidade analítica da própria pesquisa, uma vez que permite compreender a produção do conhecimento como prática relacional, situada e inacabada. Ao final, o que este caminho metodológico evidencia é que, em contextos indígenas amazônicos, a construção de estratégias de mediação e investigação só se torna eticamente legítima e cientificamente consistente quando é capaz de articular escuta, reciprocidade, rigor analítico e compromisso com a autonomia territorial dos sujeitos envolvidos.

6 Considerações finais

Este artigo teve como objetivo analisar a potencialidade da Investigação-Ação Participativa como estratégia metodológica de mediação em territórios indígenas amazônicos, tomando a comunidade indígena Tururukari-Uka, em Manacapuru (AM),

como referência empírica e analítica. À luz do percurso desenvolvido, é possível afirmar que esse objetivo foi alcançado na medida em que o estudo evidenciou que a IAP, quando orientada pela escuta sensível, pelo diálogo de saberes e pela construção relacional do conhecimento, constitui uma via fecunda para qualificar a relação entre universidade, pesquisa e comunidade. Mais do que um recurso metodológico, a IAP mostrou-se, neste contexto, uma postura ética e política comprometida com o reconhecimento da comunidade como sujeito de conhecimento, de memória, de decisão e de resistência.

Entre os principais achados do artigo, destaca-se, em primeiro lugar, a compreensão de que o desenvolvimento regional, em contextos indígenas amazônicos, não pode ser reduzido a crescimento econômico, ampliação de infraestrutura ou inserção subordinada em mercados. A experiência da Tururukari-Uka revelou que desenvolvimento regional, nesses territórios, precisa ser pensado a partir de dimensões substantivas da vida coletiva, como a permanência territorial, a educação indígena, a proteção da biodiversidade e a autonomia comunitária. Esses elementos não aparecem como dimensões paralelas ou secundárias, mas como bases concretas da reprodução social, cultural, ecológica e política da comunidade. Em segundo lugar, o artigo mostrou que a mediação, quando desvinculada de práticas tutelares e compreendida como processo de construção de confiança, negociação e alteridade, pode fortalecer capacidades territoriais e ampliar a agência comunitária. Em terceiro lugar, o texto indicou que a produção compartilhada do conhecimento, em vez de enfraquecer o rigor da pesquisa, lhe confere maior densidade ética, analítica e territorial.

Outro achado importante diz respeito ao próprio estatuto do percurso metodológico. Ao longo da pesquisa, tornou-se evidente que, em contextos como o da Amazônia indígena, o campo não é algo dado, disponível ou imediatamente acessível à observação externa. Ele se constrói na relação, no tempo da escuta, na confiança progressivamente estabelecida e no respeito às formas próprias de organização e decisão da comunidade. Nesse sentido, o artigo também contribui ao explicitar que a honestidade metodológica é parte constitutiva da qualidade da pesquisa participativa. Assumir que o processo ainda está em construção, distinguindo o que já foi realizado daquilo que permanece em fase de pactuação, não fragiliza o texto; ao contrário, reforça sua coerência epistemológica e sua consistência científica.

Ao mesmo tempo, a pesquisa apresenta limitações que precisam ser reconhecidas com clareza. A principal delas refere-se ao caráter ainda inicial do trabalho de campo e ao fato de que parte das estratégias metodológicas previstas, como oficinas participativas sistemáticas, cartografias sociais ampliadas e ciclos continuados de reflexão coletiva, ainda não foi plenamente desenvolvida, pois depende da pactuação com a comunidade e do respeito aos seus tempos próprios de decisão e participação. Além disso, o artigo se apoia em um material empírico preliminar, construído a partir de visitas exploratórias, interlocuções institucionais e conversas iniciais, o que ainda não permite avançar para análises mais aprofundadas sobre os efeitos concretos do protocolo metodológico no fortalecimento comunitário. Há, ainda, limites inerentes à própria condição da pesquisa em

contextos socioterritoriais complexos, nos quais a construção de vínculos, a mediação intercultural e a continuidade das ações exigem tempo, presença, sensibilidade e compromisso institucional duradouro.

Como agenda futura, o estudo aponta para a necessidade de aprofundar empiricamente o percurso já iniciado, ampliando os espaços de escuta e coprodução do conhecimento com a comunidade Tururukari-Uka. Isso inclui a continuidade das oficinas participativas, o desenvolvimento de cartografias sociais construídas com os moradores, o fortalecimento de ações com crianças e jovens e a realização de devolutivas sistemáticas que permitam à própria comunidade interpretar, tensionar e reorientar os rumos da pesquisa. Também se mostra relevante investigar, em etapas posteriores, de que maneira esse processo metodológico pode contribuir mais diretamente para o fortalecimento da educação indígena, da organização comunitária, do associativismo e das estratégias locais de permanência territorial. Em termos mais amplos, futuras pesquisas poderão comparar experiências semelhantes em outros territórios indígenas amazônicos, contribuindo para consolidar uma agenda de investigação comprometida com formas mais plurais, situadas e emancipadoras de desenvolvimento regional.

Por fim, este artigo reafirma que pensar o desenvolvimento regional a partir de territórios indígenas amazônicos exige um duplo deslocamento: teórico, ao recusar visões estreitas e homogeneizantes de desenvolvimento; e metodológico, ao reconhecer que não há produção legítima de conhecimento sem escuta, reciprocidade e respeito à autonomia dos sujeitos territoriais. A experiência em construção junto à Tururukari-Uka indica que pesquisar também pode ser um ato de mediação cuidadosa, de aprendizado compartilhado e de compromisso com a permanência da vida em sua diversidade. É justamente aí que reside, talvez, a principal contribuição deste trabalho: mostrar que, na Amazônia, desenvolvimento regional e pesquisa social só fazem sentido quando se deixam interpelar pelo território, por seus sujeitos e por seus modos próprios de existir, resistir e projetar o futuro.

REFERÊNCIAS

DEPONTI, C. M. **Soluções tecnológicas para a agricultura familiar e o desenvolvimento regional: uma abordagem por meio de metodologias de educação empreendedora no Rio Grande do Sul e na Amazônia Ocidental**. Projeto Bolsa Produtividade CNPq. Santa Cruz do Sul: UNISC, 2022.

DEPONTI, C. M. **Inovação, novidade, solução tecnológica: uma análise conceitual por meio do projeto "Aprender e Empreender no Campo"**. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, Taubaté, v. 19, n. 3, 2023.

FALS BORDA, O. **Orígenes universales y retos actuales de la IAP (investigación acción participativa)**. *Peripecias*, n. 110, 20 ago. 2008.

MARIE CLAIRE. **Wuika Kambeba em depoimento a Kizzy Bortolo**. 20 jul. 2020. Atualizado em: 27 dez. 2021. Disponível em:

https://revistamarieclaire.globo.com/EuLeitora/noticia/2020/07/me-aliei-natureza-para-expulsar-o-coronavirus-da-minha-aldeia.html.
Acesso em: 1 out. 2024.

MORENO, J.; ESPADAS, M. **Investigación acción participativa**. In: DURSTON, J.; MIRANDA, F. (org.). *Experiencias y metodologías de la investigación participativa*. Santiago de Chile: CEPAL, 2002. (Serie Políticas Sociales, n. 58).

OLIVEIRA, Marileny de Andrade de. **Escola de Tururukari-Uka: uma análise do papel da escola na formação da identidade linguístico-cultural dos Kambeba**. 2018. Dissertação (Mestrado em Letras e Artes) – Universidade do Estado do Amazonas, Manaus, 2018.

PESTAÑA, J.; ALCÁZAR, M. A. **Investigación-acción participativa**. In: REYES, R. (org.). *Diccionario crítico de ciencias sociales*. Madrid: Universidad Complutense de Madrid, 2000.

RAMÍREZ MIRANDA, C. A.; PÉREZ SÁNCHEZ, A.; HERNÁNDEZ MORENO, M. C.; HERRERA TAPIA, F. (coord.). **Prototipos regionales para la soberanía alimentaria: investigación acción en los territorios**. México: Universidad Autónoma Chapingo; Juan Pablos Editor, 2020.

RAMÍREZ MIRANDA, C. A.; CHÁVEZ SEGURA, P. G.; TORRES RIVERA, D. A. **Soberanía alimentaria, agroecología e investigación acción participativa**. In: RAMÍREZ MIRANDA, C. A. et al. (coord.). *Prototipos regionales para la soberanía alimentaria: investigación acción en los territorios*. México: Universidad Autónoma Chapingo; Juan Pablos Editor, 2020. p. 21–54.

SAQUET, M. A. **Saber popular, práxis territorial e contra-hegemonia**. Rio de Janeiro: Consequência, 2019.

SAQUET, M. A. **Saber popular, praxis territorial e contra-hegemonía**. Ciudad de México: Ítaca, 2020.

SILVA, M. V. da. **Reterritorialização e identidade do povo Omágua-Kambeba na aldeia Tururukari-Uka**. 2012. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2012.

SILVA, Lindomar de Jesus de Sousa et al. **Comunidades indígenas na região metropolitana de Manaus: desafios para a construção do bem-viver a partir de suas vivências e representações**. *Revista Aracê*, São José dos Pinhais, v. 7, n. 2, p. 7474–7487, 2025. DOI: 10.56238/arev7n2-170.

SILVA, Jennifer Costa da; SILVA, Lindomar de Jesus de Sousa. **Organização da comunidade indígena Tururukari-Uka: o associativismo como fator de participação, fortalecimento coletivo e acesso às políticas públicas**. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL (SOBER), 63., 2025, Passo Fundo. *Anais do 63º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural*. Passo Fundo: UPF, 2025. Disponível em: https://www.even3.com.br/anais/sober2025/1104883-organizacao-da-comunidade-indigena-tururukari-uka--o-associativismo-como-fator-de-participacao-

fortalecimento-c/.
Acesso em: 12 abr. 2026. DOI: 10.29327/9786527214786.1104883.

VIVEIROS DE CASTRO, E. **O nativo relativo**. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 113–148, 2002.

Cidonea Machado Deponti. Doutorado em Desenvolvimento Rural pela UFRGS. Docente do PPGDR/ UNISC e do Departamento de Gestão de Negócios e Comunicação/UNISC. C. E-mail: cidonea@unisc.br

Grazielle Betina Brandt. Doutorado em Desenvolvimento Regional pela UQAR. Docente do PPGDR/UNISC e do Departamento de Gestão de Negócios e Comunicação/UNISC. E-mail grazielle@unisc.br

Submetido em: 13/08/2026 **Aprovado em: 13/08/2026**

CONTRIBUIÇÃO DE CADA AUTOR

Conceituação (Conceptualization) – Cidonea Machado Deponti e Grazielle Betina Brandt
Curadoria de Dados (Data curation) - Cidonea Machado Deponti e Grazielle Betina Brandt
Análise Formal (Formal analysis)- Cidonea Machado Deponti e Grazielle Betina Brandt
Obtenção de Financiamento (Funding acquisition)- Cidonea Machado Deponti e Grazielle Betina Brandt
Investigação/Pesquisa (Investigation) - Cidonea Machado Deponti e Grazielle Betina Brandt
Metodologia (Methodology)- Cidonea Machado Deponti e Grazielle Betina Brandt
Administração do Projeto (Project administration)- Cidonea Machado Deponti e Grazielle Betina Brandt
Recursos (Resources) - Cidonea Machado Deponti e Grazielle Betina Brandt
Software - Cidonea Machado Deponti e Grazielle Betina Brandt
Supervisão/orientação (Supervision) - Cidonea Machado Deponti e Grazielle Betina Brandt
Validação (Validation) - Cidonea Machado Deponti e Grazielle Betina Brandt
Visualização (Visualization) - Cidonea Machado Deponti e Grazielle Betina Brandt
Escrita – Primeira Redação (Writing – original draft) - Cidonea Machado Deponti e Grazielle Betina Brandt

Escrita – Revisão e Edição (Writing – review & editing) - Cidonea Machado Deponti e Grazielle Betina Brandt -